

Editorial

Apresentação do Dossiê *A Ideia de Universidade Pública e os Desafios Atuais da Formação em Filosofia*

Em tempos de redefinição do lugar social da formação superior, não surpreende que a filosofia seja, talvez, a disciplina mais exposta a dúvidas quanto a sua legitimidade epistemológica e pedagógica. De fato, se a inquietude da autorreflexão é, desde sempre, uma característica de toda ciência humana, a filosofia sem dúvida se destaca pela radical incerteza ou pluralidade de interpretações que paira sobre seu estatuto, método, objeto, sua relação com a história, e sobre sua própria existência enquanto esfera específica do conhecimento. Apenas “normal”, portanto, que ela tenha sido alçada de repente ao centro do debate.

As perguntas não são novas. Tampouco são um marco invariante, independente de transformações históricas e sociais. De fato, podemos encontrar problemas análogos – ou “afinidades arquitetônicas” – certamente em debates filosóficos que se pode co-

lher no apogeu do florescimento universitário de língua árabe dos séculos IX, X, XI, ou também em sua recepção escolástico-cristã ao longo dos séculos seguintes, quando, e não por acidente, assentava raízes o próprio sistema universitário católico-europeu. Mas, desde o Iluminismo em particular, à medida que o sistema da formação universitária se fixava cada vez mais em uma justaposição de saberes setoriais, opunha-se à ideia clássica da *philosophia perennis* – ciência atemporal de objetos atemporais – a concepção de um certo “ponto de vista do todo”, desprovido de um objeto próprio, mas porta-voz da *destinação* humana e socialmente emancipatória da cultura. Com isso, a história – tanto sua própria história quanto a contingência histórica e seu potencial a cada vez irrealizado – entrou na filosofia como questão de método. Os dilemas da filosofia, seus objetos teóricos, en-

contraram, assim, sua contraparte real-efetiva, e se fizeram, com ou sem o expreso propósito ou consciência de causa, “traduções” a partir do, e em direção ao, mundo das instituições sociais.

Veja-se por exemplo os nexos entre o movimento filosófico-universitário chamado de *filosofia clássica alemã* e o surgimento do modelo institucional da universidade pública moderna, na década de 1810, em Berlim. Tem raiz filosófica, pois, o ideal universalista de formação integral, com suas implicações éticas e políticas, que W. von Humboldt foi buscar não apenas em Goethe e Rousseau, ou na Grécia antiga, mas no Renascimento italiano. Esse projeto radicalmente moderno, porém, foi interrompido prematuramente. E não a despeito, mas justamente em virtude do sucesso e visibilidade que a Universidade de Berlim viria a angariar ao longo da segunda metade do século XIX. Pois, à medida que a filosofia perdia sua qualidade de local por excelência da reflexão crítica acerca do *conflito das demais faculdades*, à medida que as ciências se tornavam positivas em relação às demandas imediatas do ímpeto especi-

alizante, desfigurava-se gradualmente o projeto inicial. Sociedade e universidades europeias caminharam então, no mais das vezes de mãos dadas, rumo ao colapso das duas Guerras mundiais.

Nunca, contudo, esse ideal de formação foi completamente anulado. Basta citar como exemplo, ainda ao final do XIX, as reações ao “positivismo” oriundas de Nietzsche, do neokantismo e da fenomenologia, ou do bergsonismo, que inspiraram certo arejamento no horizonte universitário de língua alemã, francesa e italiana. É importante citar também, sem dúvida, o experimento universitário iniciado em Frankfurt em 1923, o *Instituto de pesquisa social*. Mas reparemos aqui o projeto “universitário” da *Bauhaus*, inaugurado em Weimar em 1918, pois também este nos fornece um olhar privilegiado adentro dos esforços pela reconfiguração socialmente relevante do modelo de formação universitária. Sua crítica declarada ao modelo humboldtiano partia do pressuposto de que o par *ensino e pesquisa*, embora tenha fomentado fortemente o desenvolvimento tecnológico e científico ao longo do XIX,

não alcançara estender-se de maneira democrática e socialmente efetiva afora do intramuros universitário, sintoma de sua eminente ruína – ou da ruína estrutural da sociedade que estipulava tal “isolamento”. Ao contrário, o projeto *Bauhaus* visava, pois, repensar a universidade e a formação não mais nos moldes da *academia*, mas agora nos da *oficina*, o que significava um cuidado muito particular, e pensante, acerca de todos os aspectos práticos envolvidos: da arquitetura do edifício, da estrutura do currículo, à forma sócio-planificada do produto. *Ensino e pesquisa* não poderiam, assim, isolar-se de seu destino social: *estender-se* concretamente ao seu contexto ambiente. A aspiração então projetada era a de que a sociedade haveria de estender-se adentro do *campus*, e os vários *campi*, por sua vez, estender-se-iam afora de si nas sociedades que os circundam.

Ora, foi no lastro dessa ampla reformulação do ideário humboldtiano da formação universitária, bastante particular ao entre-guerras oeste-europeu, que surgiu e se desenvolveu o primeiro ciclo de formação do sistema uni-

versitário brasileiro, desde a fundação da USP em 1934 à da UnB em 1962. E como é de se esperar, coube precisamente à filosofia e às ciências humanas documentar e refletir sobre tal processo, que também aqui, sem dúvida, não se deu sem disputas, obstáculos, reviravoltas. Nos textos deste Dossiê se verá como tal registro reflexivo, precisamente em vista da grandeza e intensão das contradições envolvidas, é amplo e profundo, tem longa e assentada história, sedimenta-se em várias camadas de debates e objetos teóricos, e fornece instrumentos de análise e orientação científica com altíssimo grau de incisão na ordem das coisas e fatos. Sua riqueza conceitual emana, assim, não deste indivíduo ou daquela instituição, mas da emergência e pungência mesma dos conflitos em torno da instauração de um sistema de formação universitária no Brasil. E os conflitos, como é de costume aqui, não foram poucos nem desconsideráveis.

Ao longo do século XX, e especialmente depois das profundas movimentações universitárias das décadas de 1960 e 1970, o ím-

peto da especialização passou a aturar com cada vez menos paciência o “convívio” com práticas e hábitos científicos que de repente lhe pareciam “resquícios fósseis” de uma época prediluviana qualquer. E quando até mesmo o gosto raso pelo historicismo esse ímpeto perdeu, então o ideário filosófico da formação (*Bildung*) passou a ser visto sem rodeios como um “resto” simplesmente indesejável, obstinado em imiscuir-se na operatividade mecânica das equações algébricas, outrora tão precisas e confiáveis. Era preciso, portanto, aniquilar tal “excedente” inútil e contraproducente. Nas últimas décadas o que se viu, e em escala quase global, foi então a crise cada vez mais profunda dessas ideias “tradicionais” de formação e experiência, que eram postas em profundo descompasso com as últimas transformações na indústria digital e cultural. E o que se viu foi uma série de reformas escolares/universitárias baseadas em critérios de utilidade imediata e adequação às condições dadas do mercado do trabalho.

Não surpreende, portanto, que hoje o ímpeto estridente pela

especialização pretenda lidar de uma vez por todas com este *mal de origem* da universidade moderna: com a aspiração pela presença da filosofia e das ciências humanas, e do seu modo de ser, dentro da universidade; com o projeto de um ensino público de qualidade, democraticamente relevante, calcado na interação de ensino, pesquisa e extensão; com enfim o respeito e o compromisso com funcionalidade institucional minimamente “normal” – parâmetro que no Brasil tem sido achincalhado a olhos nus diariamente – das “pastas” responsáveis pela direção nacional de Educação, Cultura, Justiça, Direitos Humanos. Fazendo troça ao repetir como farsa o que não é menos que trágico, o “projeto” da pseudoeducação pretende cortar o mal da universidade pública pela raiz. Não se apercebe de que, ao cortar fora a raiz, logo perece a árvore inteira? Definitivamente não se apercebe disso, pois está ocupada demais com variadas formas de “negacionismo” e “antiintelectualismo” para se interessar pelo significado histórico-filosófico da apercepção.

Como resultado de um processo de trabalho e reflexão sobre a atualidade destas e demais questões, surgiu o presente Dossiê. Seu intuito é oferecer às leitoras e leitores documentação pensante e reflexiva, um registro circunstanciado de uma maneira filosófica de habitar, mediar e refletir – o *campus* e a *sociedade*. É convidar um público amplo à discussão sobre o papel da Filosofia e de seu ensino no contexto da crise da Universidade pública brasileira e internacional, e isto à luz das transformações culturais, sociais e econômicas que caracterizam o tempo presente. O desafio é o de contribuir à reflexão crítica sobre a visão dominante da formação superior e, dentro dela, das ciências humanas, sem ceder à dupla tentação de uma defesa corporativa da situação existente (ou existida até o passado recente) e de uma consideração abstrata da disciplina “Filosofia”, ou da própria instituição universitária, isoladas do todo histórico-social ao qual pertencem.

Seu ponto de partida se deu

com a aula inaugural do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília realizada no dia 14 de abril de 2019, pelo Prof. Dr. Cristiano Rezende (UFG). Sua retomada da discussão sobre o “método estrutural” de leitura de textos filosóficos nos convidava à reflexão tanto sobre as especificidades históricas do estabelecimento da Filosofia no projeto brasileiro de universidade pública, quanto sobre a natureza mesma do trabalho filosófico que hoje docentes e discentes realizam mundo afora. Como a crise da relação entre universidade e sociedade concerne de maneira pungente todas as áreas das assim chamadas Humanidades, não tardou a surgir ao longo da ala norte do Instituto Central de Ciências das UnB impulsos análogos de reflexão e resistência, radicados nos mais variados contextos, os quais logo confluíram até a proposta arquitetada pela direção do Instituto de Ciências Humanas da UnB, que con-

vocou,¹ ainda no mês de abril de 2019, a comunidade acadêmica à preparação e realização do 1º *Simpósio Internacional das Humanidades – Saberes plurais: a relevância social da Universidade Pública*. A despeito das mais variadas ordens de obstáculos institucionais que as universidades públicas enfrentaram, como é notório, ao longo do ano, esse Simpósio de fato reuniu dezenas de pesquisadores universitários, do país e do exterior, e centenas de estudantes do Distrito Federal durante os dias 21, 22, 23 de Outubro de 2019, no ICH/UnB.

Como parte desse projeto, cuja preparação contou, portanto, com mais de seis meses de trabalho intenso, formou-se um grupo de trabalho composto por docentes e pós-doutorandos do Departamento de Filosofia da UnB,² que se encarregou do preparo e realização de quatro oficinas preparatórias, dois minicursos, duas mesas redondas e um simpósio temático,

este intitulado: *Universidade Pública e Educação: pensamento brasileiro e debates contemporâneos*. No lastro de tais esforços e visando ao seu incremento decidimos, então, a convite da *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*,³ buscar expandir a um público ainda mais amplo o chamado à reflexão e ao estudo, e isso fizemos mediante a chamada de artigos, de Maio de 2019, intitulada: *A ideia de universidade pública e os desafios atuais da formação em filosofia*.

Desse conjunto de circunstâncias surgiram, portanto, as diferentes contribuições que ora trazemos a público. O artigo *História e Estrutura: Considerações sobre o Fazer Filosófico*, de Cristiano Rezende, remonta, assim, à referida aula inaugural de 14 de abril de 2019. Os artigos *A Universidade e o pensamento autoritário*, de Homero Santiago, e *O currículo como forma*, de Sílvio Carneiro, foram apresentados nas manhã dos dias 22 e 23 de outubro, nas duas me-

¹Nas pessoas da Profa. Dra. Neuma Brilhante, Profa. Dra. Eloísa Pereira Barroso, e Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza.

²Composto pela Profa. Dra. Raquel Imanishi Rodrigues, Profa. Dra. Ericka Marie Itokazu, Prof. Dr. Gilberto Tedeia, Prof. Dr. Rocco Lacorte e os editores do presente Dossiê.

³Convite realizado pelo editor da revista, Prof. Dr. Alexandre Hahn.

sas redondas da filosofia no referido 1º *Simpósio das Humanidades*. Os artigos *Crise, Universidade e Humanidades em perspectiva: apontamentos sobre condições e limites da formação em filosofia*, de Gilberto Tedeia, e *Apontamentos sobre Tradutibilidade, Pedagogia e Hegemonia nos Cadernos de A. Gramsci*, de Rocco Lacorte, retomam e desenvolvem as reflexões expostas ao longo dos respectivos minicursos realizados no âmbito do mesmo Simpósio. Os artigos *Filosofia problematizante: a versão bergson-deleuziana*, de Paulo César Rodrigues, e *Pequeno Manual da Máquina Educacional Moderna – acompanhado de um excursão sobre a situação atual da mesma*, de

Gabriel Valladão Silva, foram selecionados dentre os que responderam ao chamado da RFMC. As traduções que anexamos – *Ensaio sobre o Filantrópico* (1776), de Immanuel Kant, traduzido do alemão, anotado e apresentado por Alexandre Hahn, e *A mãe de todas as reformas*, de Lucio Magri, traduzido do italiano por Francisco López Toledo Corrêa e apresentado por Giovanni Zanotti – buscam, por sua vez, ilustrar a ampliar no tempo e no espaço os horizontes da discussão que ora nos comove. Todos os artigos e traduções coligidos foram então submetidos a avaliação por pares e passaram por várias etapas de revisão e adequação.

* * *

Cristiano Rezende, na primeira das contribuições, nos dá a conhecer aspectos cruciais do método estrutural de leitura e pesquisa filosófica, elaborado na França por V. Goldschmidt e praticado no Brasil de maneira exemplar por O. Porchat. Tal tema não pode deixar de evocar, portanto, o fato de que tal metodologia foi empre-

gada, durante largo tempo, como instrumento do estabelecimento de parâmetros profissionais mínimos para o exercício público da docência no Brasil. Os conceitos abordados têm, assim, história material profunda entre nós. Ao desdobrar alguns capítulos dessa história, Cristiano nos convida a observar como da própria imple-

mentação do método estrutural de leitura se fizeram possíveis algumas das condições da sua autocrítica, o que se observa numa fala memorável do próprio O. Porchat, e numa leitura de Espinosa capaz de indicar um caminho para a re-colocação dos nexos entre lógica e história, estrutura e contexto.

Homero Santiago, por sua vez, nos direciona o olhar a correlatos teórico-políticos dessa tentativa imanente de retrabalho e autocrítica dos parâmetros profissionais, inicialmente “importados” do exterior, em que se regulava a prática filosófica enfim consolidada entre nós. Poucas discussões teórico-científicas ocuparam tanto a universidade brasileira, durante o seu primeiro ciclo de formação, quanto o debate sobre a dependência, que veio a florescer apenas tarde na década de 1960 e na de 1970. Homero nos chama a atenção a alguns de seus desdobramentos importantíssimos, a saber, as discussões sobre “as ideias fora de lugar”, disparadas por Roberto Schwarz, e as reflexões de Marilena Chaui sobre o pensamento autoritário brasileiro. Estas últimas, nos adverte o autor, nos permitiriam dar um giro

a mais à manivela, capaz de operar a bem dizer uma revolução copernicana na autoconsciência nacional, na medida em que redireciona os debates sobre o caráter estrangeiro de nossas ideias, sobre a qualidade das nossas discussões quase “à guisa de assunto”, rumo à consideração das estruturas e formas do pensamento autoritário brasileiro, estas que restringem o campo de atuação cultural (e econômica) à importação de conceitos, debates, fórmulas do exterior.

Se o “pensamento autoritário” se caracteriza mais pela sua “forma” que por conteúdos determinados, *Silvio Carneiro* direciona o olhar para a estrutura que cumpre, na vida escolar em geral, o papel de fôrma fundamental: o currículo. Forma estrutural sobre a qual se arquiteta e se modula não apenas a experiência cotidiana de discentes e docentes, mas também a figura de prédios e salas, a função de institutos, o currículo é o local por excelência onde se abrem ou se fecham as dimensões do aprender, do ensinar. É, pois, também e especialmente pelo e no currículo que se reproduziu ao longo do século XX

a “universidade unidimensional”, capaz de democratizar sistematicamente não as chances de uma instrução substantiva e emancipadora, mas os instrumentos para a perpetuação de um estado de subordinação econômico-cultural-tecnológica a autoridades ilegítimas, seja externa ou internamente. Silvio quer pensar, com H. Marcuse, M. Foucault e Boaventura de Sousa Santos, a liberação da função estético-política do currículo, rumo a um currículo transversal, móbil, obra de arte coletiva vivida dentro e fora da escola.

Paulo César Rodrigues, no seu artigo, nos pretende chamar a atenção ao arejamento intelectual catalisado no sistema filosófico-universitário francês na aurora do século XX pelos trabalhos de H. Bergson. Já a consideração da leitura deleuziana de Bergson nos dá, por sua vez, sinais de como a filosofia francesa, agora nas décadas de 1960 e 1970, se desembaranhava das ossificações do estruturalismo precisamente à medida que redescobria o método problematizante bergsoniano. Sem dúvida, a busca pelas analogias sistêmicas ou afinidades de arquitetura levava o método estrutural de

leitura além de si mesmo. Mas o renovado acesso deleuziano à crítica de Bergson a Kant inaugurava um método de leitura pelas diferenças, filosofia problematizante que ao mesmo tempo crava as tais estruturas em sua especificidade material e lhes abre dimensões inéditas de nexos e sentido. Em tal curso, se libertaria a historiografia tradicional de seus ímpetos analógicos, repetitivos, demasiado “hegelianos”, abrindo-se novas virtualidades na visão do passado e do futuro, redescobrendo-se o presente. Vencer-se-ia, assim, nossa “falta de assunto”?

Gabriel Valladão percorre alguns capítulos determinantes da construção e crítica do conceito de Estado moderno como mecanismo. Neste, a Universidade desempenharia historicamente uma função subordinada, restrita a operar como engrenagem de sustento e manutenção dos mecanismos estatais de exclusão, então vigentes. Defender a universidade, assim, poderia ser tomado como uma defesa da manutenção de certo estado sistêmico de segregação social? Naturalmente, não é disso que se trata. Pois a operatividade dessa

engrenagem-universitária acabara engendrando, ao longo dos séculos, uma espécie de “resto” indesejado, cujo acúmulo era sem dúvida nocivo à “saúde” do mecanismo, e que era mister aniquilar. No entanto, a teimosia desse “resto” em perseverar, existir e reproduzir-se, indica tratar-se não de um acidente marginal à “coisa”, mero lapso das equações infinitesimais, mas de um elemento fundamental da efetividade em questão. Quando o “resto”, então, pretende fazer respeitar seus direitos de cooperação na “essência”, e realizá-la de maneira inclusiva, o estado-máquina, porém, volta atrás: e decide alienar essa engrenagem-apêndice, esse quase fóssil, um século inteiro de investimento social. Que direito tem a máquina de se voltar contra e buscar desinstitucionalizar um dos seus eixos fundamentais? Encontrou a engrenagem o caminho afora do mecanismo que lhe dava sentido? Buscar a sobrevivência (e a refundação) do sistema universitário, assim, recobre sentido afirmativamente enraizado na efetividade: visar-se à subversão de todo um sistema de exclusão.

Gilberto Tedeia, por sua vez, combate o antiintelectualismo retomando Kant e alguns personagens notáveis do horizonte universitário árabe dos séculos IX, X e XI. Por esse caminho, recoloca o problema: “o que é ser filósofo hoje?” – problema que se nos fez candente quando certa “filosofia”, contrária à universidade pública, se faz tanto ouvida em câmaras superiores da formação da opinião nacional. O artigo também se refere ao debate filosófico sobre as “ideias fora de lugar”, desdobrando-lhe aspectos de uma contribuição importante de Paulo Arantes. O horizonte de expectativas envolvendo a “brasilização do mundo”, esta nossa faceta do drama epocal do neoliberalismo, foi radicalmente rebaixado. Nisso, implodiu-se sobre si próprio o “alicerce” humboldtiano da formação integral universalista, pressionado sob o peso das camadas posteriores de “especialização” – que restringiram, ou pretenderam restringir, a operação da universidade à produção em massa de diplomados/as. Soterrado, o modelo originário deixa de ser motor ideal e se cristaliza como repetição atávica

de uma impossibilidade, sintoma de uma imaginação (social) empobrecida. É da ordem do impossível recuperar modelos passados, porque desapareceram seus pressupostos histórico-sociais. Como formar-se filósofo hoje em dia? Ante a aceleração neoliberal desordenada, como aspirar à experiência do tempo vagaroso da formação? Tais perguntas, no entanto, malgrado o particular dos termos, não são novas. Em alguma outra época colocou a si próprio o fazer filosófico tarefas de menor urgência?

Por fim, *Rocco Lacorte* faz uma exposição minuciosa da concepção gramsciana que, no debate brasileiro atual, é banalizada e deformada por vezes sob o rótulo vazio de “marxismo cultural”. A reivindicação gramsciana do caráter político das ideias e do processo educacional, embora certamente retome de Lenin o conceito de “hegemonia” e se coloque num contexto histórico-político bem determinado, não se reduz a uma mera instrumentalização da educação por *interesses parciais*. Pelo contrário, ela se funda sobre uma refinada teoria da “tradutibilidade” recíproca

entre culturas diferentes e entre culturas, políticas e processos materiais. Portanto, ela revela o caráter político de *todas* as propostas educacionais, também as aparentemente “neutras”, ou apenas “técnicas”. Mas, se todas são políticas, revela-se também que o que as diferencia – pois há diferença –, é propriamente a maneira com que cada uma se inscreve concretamente na teia de relações históricas, sociais e econômicas determinadas, e os resultados que engendram. Não se trata em absoluto, portanto, de relativismo, pois há diferenças qualitativas entre políticas, umas visam à saúde pública e à liberdade social, outras à aceleração da dependência e ao caos social. As posições na guerra ideológica não correspondem a uma polaridade onde os lados são intercambiáveis. Produzir educação e cultura é, pois, materialmente diferente de queimar livros na rua ou evocar aqueles que o fizeram. É urgente, portanto, não se esquecer, alertarnos o artigo, da profunda lucidez de Paulo Freire quando diz que “não existe imparcialidade”, que “todos são orientados por uma base ideológica” e que a questão

é se “sua base ideológica é inclusiva ou excludente”.

O texto traduzido de *Lucio Magri*, também, parte de Gramsci e de sua ideia democrática de “tornar todos intelectuais”. Mas neste caso o foco é um diagnóstico das transformações recentes, decorrentes das últimas reformas das instituições de ensino na Europa nos anos 1990. Acompanha-o a proposição de uma ideia “progressiva” – portanto, nem nostálgica nem neoliberal – de “reforma” da educação.

Por fim, os “Ensaio relativo ao Filantrópico”, de *Immanuel Kant*, ilustram o entusiasmo do filósofo com a proposta educacional emancipadora de uma instituição de ensino lançada em Dessau na década de 1770, *O Filantrópico*. Tal circunstância nos permite vislumbrar analogias possíveis, afinidades arquitetônicas, e sobretudo diferenças, entre os problemas que preocupavam o iluminista de Königsberg e estes que hoje pesam nos ares e nos ensombrecem a reflexão.

Fabio Mascarenhas Nolasco e Giovanni Zanotti
(Organizadores do *Dossiê*)

* * *

Além dos trabalhos que compõem o *Dossiê*, o presente número também conta com outras contribuições recebidas em fluxo contínuo.

(1) Marcelo de Sant’Anna Alves Primo, professor doutor do

Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), apresenta a interpretação deleuziana do racionalismo de François Châtelet e seu consequente “ateísmo tranquilo”. Com isso,

procura mostrar que o interesse de Deleuze pelo pensamento de Châtelet, mais do que simplesmente recapitular a trajetória filosófica do amigo por ocasião de sua morte, repercute esse pensamento em sua própria filosofia.

(2) Em “Analiticidade e Sinteticidade: A Forma Judicativa do Conhecimento em Kant”, Adriano Perin, Danilo Ribeiro Medeiros, e Gabriel Dutra Henrique, professor doutor e alunos do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), explicam a importância fundamental da distinção sistemática entre juízos analíticos e sintéticos para a estruturação sistemática da epistemologia kantiana. Nesse sentido, além de considerar algumas críticas a essa distinção, defende que a originalidade da proposta kantiana repousa simultaneamente na autossuficiência e na correlação necessária das faculdades do entendimento e da sensibilidade.

(3) Antonio Djalma Braga Junior, doutor em filosofia pela UFPR e professor da Universidade Positivo, em seu artigo “*Passagem e Progresso na Antropologia de Kant*”, propõe defender que a antropologia desempenha

no pensamento kantiano função equivalente àquela dos juízos estéticos e teleológicos com relação ao problema da passagem sobre o abismo (supostamente intransponível) que separa liberdade e natureza. No âmbito antropológico, a passagem ocorreria em virtude da possibilidade de progresso (moral) da natureza humana.

(4) “Criatividade e Grafos Existenciais em C. S. Peirce”, artigo de José Renato Salatiel, professor da UFES, analisa a contestação de Peirce da suposta trivialidade do raciocínio dedutivo (pelo fato da conclusão nada acrescentar às premissas). Para tanto, discute a “dedução teorematizada” proposta por Peirce e apresenta os “grafos existenciais” como exemplos de inferências dedutivas de tipo teorematizada.

(5) Em “Modernidade, Transmodernidade e Eurocentrismo: Mutações Conceituais”, Sulivan Ferreira de Souza, doutorando em educação pela UFMG, e Ivanilde Apoluceno de Oliveira, professora doutora do programa de pós-graduação em educação da UEPA, examinam os conceitos de “modernidade eurocêntrica”, “moder-

nidade planetária”, e “transmodernidade” a partir de duas visões históricas sobre a modernidade. Com isso, pretendem defender que a visão moderna eurocêntrica preserva a lógica do pensamento colonial, ao passo que a concepção moderna planetária busca desconstruí-la, de forma crítica, deslocando o olhar para o outro negado e excluído, trazendo para debate o discurso ético da diferença e da alteridade.

(6) Edson Cláudio Mesquita, mestre em filosofia pela UnB e professor do Colégio Militar Dom Pedro II, investiga, em seu artigo “Metodologia das Explicações Adaptacionistas”, o poder explicativo do programa adaptacionista, fundado no processo de seleção natural. Nesse sentido, defende que o referido programa oferece boas explicações científicas, e que o valor cognitivo dessas explicações é ampliado quando

associadas a abordagens em que a evolução não pressupõe o processo de seleção natural.

(7) Por fim, temos duas resenhas. Marcio Gimenes de Paula, professor do departamento de filosofia da UnB, nos apresenta o livro “Nietzsche: Filosofo della Libertà”, da jovem pesquisadora italiana Laura Langone. Logo em seguida, a obra “Filosofar: Da Curiosidade Comum ao Raciocínio Lógico” de Timothy Williamson é resenhada por Gionatan Carlos Pacheco, mestre e doutorando em filosofia pela UFSM.

Gostaríamos de aproveitar o ensejo para agradecer a todos os autores, por terem honrado a nossa *Revista* com as suas produções, bem como aos membros do corpo editorial, avaliadores, editores e leitores de provas, pela fundamental colaboração na confecção da presente edição.

Os Editores